Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v.08, 2025
ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v8i1.3866

CORPOREIDADE E RACISMO NA VIDA DE MULHERES NEGRAS: UMA ANÁLISE CRÍTICA A PARTIR DO CONCEITO DE COLONIALIDADE DO PODER DE ANÍBAL QUIJANO

CORPOREITY AND RACISM IN THE LIVES OF BLACK WOMEN: A CRITICAL ANALYSIS BASED ON ANÍBAL QUIJANO'S CONCEPT OF COLONIALITY OF POWER

Rucélia Patricia da Silva Marques
Doutoranda em Ciências Jurídicas, Universidade Federal da Paraíba, UFPB, Brasil.
E-mail: ruceliamarques@gmail.com

Narbal de Marsillac Fontes
Doutor em Filosofia. Universidade Gama Filho, UGF, Brasil.
E-mail: narbal.marsillac@academico.ufpb.br

Avaetê de Lunetta e Rodrigues Guerra
Doutorando em Ciência, Tecnologia e Sociedade, Universidade Federal de São Carlos, UFSCar, Brasil.
E-mail: avaete.guerra@ifpb.edu.br

Recebido: 01/04/2025 – Aceito: 28/04/2025

RESUMO

Este artigo analisa a interseção entre racismo, colonialidade do poder e corporeidade na vida de mulheres negras, utilizando o conceito de colonialidade do poder de Aníbal Quijano como fundamento teórico. A partir de uma revisão da literatura, principalmente de uma perspectiva decolonial, a pesquisa explora como as hierarquias sociais e raciais estabelecidas durante o período colonial ainda influenciam as relações sociais contemporâneas. Além disso, destacamos as formas de resistência e resiliência das mulheres negras frente às estruturas de poder que continuam a operacionalizar de maneira neocolonial. Autoras como Djamila Ribeiro, Lélia Gonzalez, Bell Hooks e Vilma Piedade são fundamentais para a análise crítica da relação entre raça, gênero e corpo, elucidando as dinâmicas de opressão e as estratégias de enfrentamento adotadas por essas mulheres.

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v8i1.3866

Palavras-chave: Colonialidade do Poder; Corporeidade; Mulheres Negras; Racismo.

ABSTRACT

This article analyzes the intersection between racism, coloniality of power, and corporeality in the lives of black women, using Aníbal Quijano's concept of coloniality of power as a theoretical foundation. Based on a review of the literature, mainly from a decolonial perspective, the research explores how social and racial hierarchies established during the colonial period still influence contemporary social relations. In addition, we highlight the forms of resistance and resilience of black women in the face of power structures that continue to operate in a neocolonial manner. Authors such as Djamila Ribeiro, Lélia Gonzalez, Bell Hooks, and Vilma Piedade are fundamental to the critical analysis of the relationship between race, gender, and body, elucidating the dynamics of oppression and the coping strategies adopted by these women.

Keywords: Coloniality of Power; Corporeality; Black Women; Racism.

1 INTRODUÇÃO

Durante o período colonial, os colonizadores europeus impuseram sistemas de dominação e exploração sobre as populações indígenas e africanas. Essas populações foram forçadas a trabalhar em condições precárias e desumanas, muitas vezes em regimes de escravidão. Nesse sentido, a colonização foi muito além da exploração dos recursos naturais das colônias, mas também estabeleceu uma divisão internacional do trabalho que colocou as colônias em uma posição subalterna na economia mundial capitalista emergente.

Mesmo após o fim formal do colonialismo, as estruturas de exploração econômica continuam a operar através de formas neocoloniais, onde as antigas

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v8i1.3866

colônias continuam a fornecer mão de obra barata e recursos naturais aos países desenvolvidos.

A globalização contemporânea muitas vezes perpetua formas de exploração e dominação que têm suas raízes na era colonial, mantendo as desigualdades econômicas e sociais.

2 REVISITANDO A LITERATURA

Colonialidade do Poder

O conceito de colonialidade do poder foi desenvolvido pelo sociólogo Aníbal Quijano, um dos principais teóricos da colonialidade, para descrever como as relações de poder estabelecidas durante a colonização das Américas continuam a influenciar as sociedades contemporâneas. Esse conceito é central para entendermos a persistência das hierarquias sociais, econômicas e culturais baseadas na raça e na etnicidade.

Assim sendo, a colonialidade do poder pode ser compreendida como uma estrutura complexa que perpetua as hierarquias e desigualdades estabelecidas durante o período colonial, especialmente através da classificação racial e social. Essa classificação social continua a influenciar a economia, a política e a cultura nas sociedades contemporâneas, tornando-se um campo de luta e resistência para os movimentos decoloniais (QUIJANO, 2009).

Colonialismo e Colonialidade

A partir da análise da obra *Inflexíon decolonial: fuentes, conceptos e cuestionamientos,* dos autores colombianos Eduardo Restrepo e Axel Rojas, compreendemos que o colonialismo se refere ao processo e aos aparelhos de dominação política e militar que são utilizados para garantir a exploração do trabalho e da riqueza das colônias em benefício do colonizador. Por sua vez, a colonialidade é um fenômeno histórico mais complexo, e que se estende até o presente. Se refere a um padrão de poder que opera através da naturalização e

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v8i1.3866

hierarquias territoriais, raciais, culturais e epistémicas, possibilitando a reprodução de relações de dominação.

Nesse sentido, a perspectiva decolonial vai de encontro à pretensão eurocêntrica de um conhecimento sem sujeito, sem história, sem relações de poder, um conhecimento do nada, como o "olhar de Deus" descoporalizado e descolonizado, profundamente questionada. Para Aníbal Quijano (2009, p.73), uns dos principais referenciais teóricos da obra supracitada, a colonialidade, conceito vinculado ao colonialismo, "é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial capitalista".

Em relação à divisão sexual do trabalho, Antunes (2009, p.105) enfatiza que:

> Na divisão sexual do trabalho, operada pelo capital dentro do espaço fabril, geralmente as atividades de concepção ou aquelas baseadas em capital intensivo são preenchidas pelo trabalho masculino, enquanto aquelas dotadas de menor qualificação, mais elementares e muitas vezes fundadas em trabalho intensivo, são destinadas às mulheres trabalhadoras (e, muito frequentemente também aos trabalhadores/as imigrantes e negros/as).

Como vimos, de uma forma geral, o padrão mundial capitalista segrega a população negra, em especial as mulheres negras, reservando a essas os trabalhos mais intensos e menos remunerados.

No que tange ao conceito de descolonização, esta implica um processo de superação do colonialismo, geralmente associado às lutas anticoloniais no âmbito de estados específicos. Por outro lado, a decolonialidade refere-se ao processo que busca transcender historicamente a colonialidade.

Para Quijano, a colonialidade deve ser entendida a partir da perspectiva do sistema mundial e de seu padrão de poder global, no qual as populações mundiais são diferenciadas e hierarquizadas, apelando ao discurso racial em prol da sua exploração. Por conseguinte, o conceito de colonialidade serve para descrever a continuidade das estruturas de poder colonial nas sociedades contemporâneas, especialmente na América Latina. Em sua obra, Quijano destaca que a raça é central para a compreensão da colonialidade, pois foi através da racialização que

Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v.08, 2025
ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v8i1.3866

se estabeleceram hierarquias de poder durante a colonização, hierarquias que ainda persistem.

Colonização das Américas e Classificação Racial/Social

Durante a colonização das Américas, a classificação racial foi utilizada para justificar a exploração e dominação dos povos indígenas e africanos. A ideia de "raça" foi construída como uma ferramenta para hierarquizar a humanidade e estabelecer uma dicotomia entre os colonizadores europeus (vistos como superiores) e os colonizados (vistos como inferiores).

Quijano também argumenta que a colonialidade impôs uma classificação social global que ainda perdura. As noções de superioridade e inferioridade racial não foram desmanteladas com o fim da colonização formal, mas foram adaptadas e continuam a influenciar as relações sociais e econômicas na contemporaneidade. O autor aponta-nos o seguinte:

> Por tudo isso, é pertinente sair da teoria eurocêntrica das classes sociais e avançar para uma teoria histórica de classificação social. O conceito de classificação social, nesta proposta, refere-se aos processos de longo prazo nos quais os indivíduos disputam o controlo dos meios básicos de existência social e de cujos resultados se configura um padrão de distribuição do poder centrado em relações de exploração/dominação/conflito entre a população de uma sociedade e numa história determinada. (QUIJANO, 2009, p.100)

Em relação a classificação social, Quijano esclarece que:

> E a classificação social refere-se aos lugares e aos papéis das gentes no controlo do trabalho, dos seus recursos (incluindo os da 'natureza') e seus produtos; do sexo e seus produtos; da subjectividade e dos seus produtos (antes de tudo o imaginário e o conhecimento); e da autoridade, dos seus recursos e dos seus produtos. (QUIJANO, 2009, p.100).

Ainda de acordo com o autor, a raça foi um critério fundamental para a divisão do trabalho na economia global colonial e pós-colonial. Desta forma, os povos racializados foram frequentemente relegados a trabalhos subalternos e

Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v.08, 2025
ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v8i1.3866

precários, enquanto os europeus e seus descendentes ocuparam posições de poder e privilégio.

Corroborando, Antunes (2009, p.105) nos diz que,

> Na divisão sexual do trabalho, operada pelo capital dentro do espaço fabril, geralmente as atividades de concepção ou aquelas baseadas em capital intensivo são preenchidas pelo trabalho masculino, enquanto aquelas dotadas de menor qualificação, mais elementares e muitas vezes fundadas em trabalho intensivo, são destinadas às mulheres trabalhadoras (e, muito frequentemente também aos trabalhadores/as imigrantes e negros/as).

Como vimos, de uma forma geral, o padrão mundial capitalista segrega a população negra, em especial as mulheres negras, reservando a essas os trabalhos mais intensos e menos remunerados. No que tange ao conceito de descolonização, esta implica um processo de superação do colonialismo, geralmente associado às lutas anticoloniais no âmbito de estados específicos. Por outro lado, a decolonialidade refere-se ao processo que busca transcender historicamente a colonialidade.

Acerca da perspectiva do trabalho e seus desníveis sociais e de gênero, Antunes (2009, p. 108), argumenta que:

> Consequentemente, a expansão do trabalho feminino tem se verificado sobretudo no trabalho mais precarizado, nos trabalhos em regime de *part time*, marcados por uma informalidade ainda mais forte, com desníveis salariais ainda mais acentuados em relação aos homens, além de realizar jornadas mais prolongadas.

No que tange às relações de gênero e classe, pautada na divisão sexual do trabalho, Antunes (2009, p. 108), ainda acrescenta que:

> As relações entre gênero e classe nos permitem constatar que, no universo do mundo produtivo e reprodutivo, vivenciamos também a efetivação de uma construção social sexuada, onde os homens e as mulheres que trabalham são, desde a família e a escola, diferentemente qualificados e capacitados para o ingresso no mercado de trabalho. E o capitalismo tem sabido apropriar-se desigualmente dessa divisão sexual do trabalho (ANTUNES, 2009, p. 109).

Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v.08, 2025
ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v8i1.3866

Acerca da herança histórica colonial, que recai de maneira mais explicita sobre os corpos das mulheres negras, Lopes (2020, p. 96) aponta que:

> A desumanização e animalização da colonização possui longa duração histórica, reverberando nas estatísticas de violência e desigualdades que perpassam a vida das mulheres negras. Percebe-se, aqui, que a história das mulheres negras mostra mais uma permanência de desigualdades e discriminações, do que de rupturas do passado escravagista. Me arrisco a dizer que o pilar que sustenta todas as pautas do feminismo negro é o reconhecimento dessas mulheres como seres humanos, haja vista a coisificação e bestialização a que corpos negros foram - e são - submetidos.

Ainda em relação às lutas das mulheres negras no período pós-escravidão, a filósofa e ativista norte-americana Angela Davis, em seu *best-seller* “Mulheres, raça e classe”, destaca a importância de se considerar a intersecção entre raça, classe e gênero nos estudos que versão sobre essas mulheres e/ou sobre o feminismo negro. Para esta autora,

> O enorme espaço que o trabalho ocupa hoje na vida das mulheres negras reproduz um padrão estabelecido durante os primeiros anos da escravidão. Como escravas, essas mulheres tinham todos os outros aspectos de sua existência ofuscados pelo trabalho compulsório. Aparentemente, portanto, o ponto de partida de qualquer exploração da vida das mulheres negras na escravidão seria uma avaliação de seu papel como trabalhadoras (DAVIS, 2016, p. 24).

Logo, numa perspectiva interseccional de estudo acercadas mulheres ou do movimento feminista, a mulher negra está na base da pirâmide, em termos de desigualdade e violência, uma vez que sofre a violência de gênero (assim como as mulheres brancas), o racismo (da mesma forma que os homens negros) e a pobreza (como a maioria das pessoas negras). Nesse sentido, Akotirene (2020, p. 19) diz-nos que:

> [...] A interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado – produtores de avenidas identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v8i1.3866

> sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais.

Interseccionalidade

A interseccionalidade é um conceito desenvolvido por Kimberlé Crenshaw que se refere à maneira como diferentes formas de discriminação, como racismo, sexismo, e classismo, interagem e se sobrepõem. A análise interseccional é essencial para compreender a experiência das mulheres negras, pois elas enfrentam múltiplas formas de opressão simultaneamente.

No contexto da colonialidade do poder, a interseccionalidade revela como o racismo, o sexismo e outras formas de discriminação estão interligadas, criando uma rede de opressão que afeta profundamente a vida dessas mulheres.

É imperativo compreender que a luta contra o racismo deve ser também uma luta contra o sexismo, o classismo e outras formas de opressão. Essa perspectiva integradora é essencial para abordar de maneira eficaz as desigualdades e injustiças enfrentadas pelas mulheres negras na sociedade contemporânea.

Djamila Ribeiro, em sua obra “O que é lugar de fala?”, enfatiza a importância de considerar as vozes e experiências das mulheres negras na luta contra a opressão. Ela argumenta que o feminismo hegemônico muitas vezes ignora ou marginaliza as questões específicas enfrentadas por mulheres negras.

Ribeiro também ressalta a importância de um feminismo interseccional que reconheça e combata as múltiplas formas de opressão que se entrecruzam na vida dessas mulheres. Este conceito, oriundo do movimento feminista negro, enfatiza que as opressões são vivenciadas de maneira conjunta e não de forma isolada.

Lélia Gonzalez, uma das pioneiras do feminismo negro no Brasil, argumenta que a colonização não apenas explorou economicamente as populações negras e indígenas, mas também impôs uma visão de mundo eurocêntrica que desvalorizava e subjugava as culturas e conhecimentos não-europeus. A interseccionalidade, portanto, oferece uma lente crítica para entender como essas

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v8i1.3866

opressões se manifestam de forma interligada e para identificar as formas de resistência que emergem dessas experiências.

Colonialidade e Corporeidade

Corporeidade refere-se à maneira como os corpos são percebidos, experienciados e representados socialmente. No contexto da colonialidade do poder, a corporeidade das mulheres negras é frequentemente marcada por estereótipos e desumanização. Os corpos das mulheres negras foram e continuam a ser objeto de exploração e controle, desde a escravidão até os dias atuais. No Brasil colonial, por exemplo, as mulheres negras escravizadas eram frequentemente sujeitas a violência sexual e trabalho forçado. A visão colonial do corpo negro como propriedade e objeto de controle continua a influenciar as percepções contemporâneas. As mulheres negras são muitas vezes hipersexualizadas, vistas como "exóticas" ou "selvagens", e desumanizadas em várias formas de representação midiática e cultural.

Segundo Bell Hooks, essas representações distorcidas dos corpos das mulheres negras são uma forma de manutenção das hierarquias raciais e de gênero. Hooks argumenta que a hipersexualização e a desumanização dos corpos negros servem para reforçar a ideia de superioridade branca e masculina. Assim, a luta contra o racismo e o sexismo deve incluir a crítica às representações midiáticas e culturais que perpetuam essas visões distorcidas.

Além disso, a violência contra os corpos das mulheres negras não se limita ao plano simbólico. Na prática, elas enfrentam taxas mais altas de violência doméstica, agressão sexual e mortalidade materna. Essas formas de violência são frequentemente invisibilizadas ou tratadas de maneira inadequada pelas instituições estatais, refletindo a marginalização contínua dessas mulheres.

O conceito de corporeidade de Aníbal Quijano, é crucial para entender como o corpo é um campo de luta e resistência contra a colonialidade. O autor destaca como os corpos racializados foram historicamente desvalorizados e explorados, mas também como esses corpos têm resistido e afirmado sua dignidade e

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v8i1.3866

humanidade. A corporeidade, portanto, é um conceito central para os estudos decoloniais, abordando as interseções entre poder, identidade e resistência.

Outro aspecto pertinente à dominação colonial tratado por Quijano, envolve o controle e a subjugação dos corpos racializados, utilizados para justificar a exploração e a violência como necessárias para civilizar e disciplinar esses corpos. O autor também destaca a importância da resistência decolonial, que busca reconfigurar essas relações de poder e afirmar a dignidade e a humanidade dos corpos racializados.

Desde o período escravocrata, a figura materna idealizada socialmente, com todo o seu imaginário, não recai sobre o corpo da mulher negra da mesma forma que recai sobre os corpos das mulheres brancas. Ao ponto que,

> A exaltação ideológica da maternidade – tão popular no século XIX – não se estendia às escravas. Na verdade, aos olhos de seus proprietários, elas não eram realmente mães; eram apenas instrumentos que garantiam a ampliação da força de trabalho escrava. Elas eram 'reprodutoras' – animais cujo valor monetário podia ser calculado com precisão a partir de sua capacidade de se multiplicar (DAVIS, 2016, p. 26).

Portanto, o imaginário herdado do período escravocrata idealiza a mulher negra como serviçal, de forma a suportar o trabalho mais pesado e por longas jornadas de trabalho, bem como pela erotização em torno do seu corpo e da sua beleza, cuja exploração sexual, remanescente do período colonial, prevalece até os dias atuais.

Racismo e Mulheres Negras

A obra "Por um Feminismo Afro-Latino-Americano" de Lélia Gonzalez é um marco na teoria feminista e nos estudos sobre raça na América Latina. Gonzalez oferece uma análise profunda das complexas relações de poder que moldam as experiências das mulheres negras, destacando a importância de um feminismo que reconheça e valorize essas especificidades. Sua obra continua a influenciar e inspirar movimentos feministas e antirracistas em toda a região.

Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v.08, 2025
ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v8i1.3866

Em relação a discriminação racial no contexto brasileiro, Gonzalez (2020, p. 42) afirma o seguinte:

> O que se opera no Brasil não é apenas uma discriminação efetiva; em termos de representações sociais mentais que se reforçam e se reproduzem de diferentes maneiras, o que se observa é um racismo cultural que leva, tanto algozes como vítimas, a considerarem natural o fato de a mulher em geral e a negra em particular desempenharem papéis sociais desvalorizados em termos de população economicamente ativa. [...] Quanto à mulher negra, sua falta de perspectiva quanto à possibilidade de novas alternativas faz com que ela se volte para a prestação de serviços domésticos, o que a coloca numa situação de sujeição, de dependência das famílias da classe média branca.

Resistência e Resiliência

No contexto contemporâneo da luta antirracista, destaca-se a filósofa e escritora brasileira Djamila Ribeiro, cujas obras vem ganhando visibilidade no cenário nacional e internacional. Dentre as suas obras mais conhecidas citamos o “Pequeno manual Antirracista”, vencedora em 2020 do 62º Prêmio Jabuti, no eixo Ensaios (categoria Ciências Humanas), e “Lugar de Fala”, obra com grande repercussão no mundo acadêmico e na mídia.

Em *"Pequeno Manual Antirracista",* Ribeiro (2019) buscou fornecer possíveis ferramentas práticas e teóricas para combater o racismo no cotidiano. O livro tem uma abordagem clara e direta, oferecendo ferramentas teóricas e práticas para que indivíduos e coletivos possam atuar de maneira antirracista, promovendo uma sociedade mais justa e igualitária. A autora evidencia nessa obra o caráter estrutural do racismo, apresentando o seu contexto histórico, desde o período colonial escravocrata, mas também reforça a necessidade de enfrentá-lo, sobretudo, através das práticas cotidianas.

Ribeiro (2019, p. 12), conceitua o racismo como sendo “um sistema de opressão que nega direitos, e não um simples ato de vontade de um indivíduo”. À vista disso, deve ser enfrentado por todos e todas, uma vez que em uma sociedade dita democrática almeja-se a justiça social.

Outra obra de Ribeiro que merece destaque é “*Lugar de Fala*”, lançada em 2019 pela editora Pólen, nesta a autora inicia falando dos percursos de luta e

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v8i1.3866

intelectuais de mulheres negras durante a história, como: Sojourner Truth, Lélia Gonzalez, Linda Alcoff, Bell Hooks, Patricia Hill Collins, Grada Kilomba, dentre outras. Além de uma leitura fluida e rica em discussões, a obra é muito bem fundamentada em autoras consagradas mundialmente e em dados estatísticos fornecidos pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Mapa da Violência. Dessa forma, a autora apresenta-nos dados e estudos que comprovam uma posição subalterna ocupada pela mulher negra e a falta de visibilidade das questões raciais e de gênero no Brasil e no mundo.

Ao abordar o conceito de *lugar de fala,* a autora fala-nos da imprecisão da origem do termo, mas acredita que surgiu a partir da tradição de discussão sobre *feminist standpoint* – ponto de vista feminista, numa tradução literal – diversidade, teoria racial crítica e pensamento decolonial. Ribeiro (2019) discute esse conceito, sobretudo, embasada nas autoras Linda Alcoff, Gayatri Spivak, Patricia Hill Collins e Grada Kilomba. Assim, a autora levanta a hipótese de que a partir da teoria do ponto de vista feminista, é possível falar de lugar de fala.

Para a feminista estadunidense Bell Hooks,

> Em termos gerais, as feministas privilegiadas têm sido incapazes de falar a, com e pelos diversos grupos de mulheres, porque não compreendem plenamente a inter-relação entre opressão de sexo, raça e classe ou se recusam a levar a sério essa inter-relação. As análises feministas sobre a sina da mulher tendem a se concentrar exclusivamente no gênero e não proporcionam uma base sólida sobre a qual construiu a teoria feminista (HOOKS, 2015, p. 15).

Destarte, destaca-se o movimento feminista negro. Uma vez que as mulheres negras possuem legitimidade para expressar as suas próprias dores, causadas pelo racismo e vivenciadas por elas, muitas vezes em silêncio.

A professora e escritora Vilma Piedade lançou no ano de 2017 a sua obra "*Dororidade",* na qual cria o referido conceito e o define como sendo a "Dor da Mulher Preta". Trata-se de um conceito pautado nas vertigens históricas e ressoantes da *dor* que o machismo provoca às mulheres negras, sobretudo por conter "as sobras, o vazio, a ausência, a fala silenciada, a dor causada pelo Racismo. E essa Dor é Preta" (PIEDADE, 2017, p. 16). A autora justifica a

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v8i1.3866

necessidade de criar esse conceito para marcar a temporalidade e historicidade de um movimento marcado por nossa *pretitude* e nossas experiências, agravadas pela nossa cor, que nos marca na escala inferior da sociedade (PIEDADE, 2017).

Ao reivindicar os diferentes pontos de análises e a afirmação de que um dos objetivos do feminismo negro é marcar o lugar de fala de quem o propõe, Ribeiro (2019) ressalta que a falta de acesso a certos espaços acarreta a não existência de produções e epistemologias desses grupos nesses espaços. Nessa perspectiva o lugar de fala é pensado para refutar a historiografia tradicional e a hierarquização de saberes, consequente da hierarquia social.

O texto de Djamila Ribeiro nos proporciona uma reflexão acerca do silêncio "imposto" à determinados grupos sociais, principalmente às mulheres negras, pois as falas sobre racismo ou opressão de gênero são fortemente deslegitimadas por desestabilizarem a norma hegemônica.

Portanto, pensar lugar de fala na concepção proposta por Ribeiro significa romper com o silêncio instituído para quem foi subalternizado/a, bem como romper com todo um sistema hierárquico que nos oprime, nos silencia e nos negam o direito a uma vida digna e o acesso às políticas públicas efetivas no combate às desigualdades de gênero, raça e classe.

3 METODOLOGIA

Para a elaboração do presente trabalho partiu-se de uma abordagem qualitativa. Sendo assim, realizou-se uma revisão bibliográfica, numa perspectica critíca e analítica dos conceitos de Colonialidade do Poder e Corporeidade de Aníbal Quijano. A partir de obras de escritoras negras, como: Djamila Ribeiro, Lélia Gonzalez, Bell Hooks e Vilma Piedade, foram abordados os conceitos de Racismo, Dororidade e Lugar de Fala, do ponto de vista decolonial acerca das mulheres negras.

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v8i1.3866

4 CONCLUSÃO

A colonialidade do poder, como descrita por Aníbal Quijano, oferece uma ferramenta crítica essencial para entender as persistentes desigualdades raciais e de gênero que moldam a vida das mulheres negras na sociedade contemporânea. Através da análise interseccional, podemos compreender como o racismo, o sexismo e outras formas de discriminação se interconectam, criando um sistema de opressão multifacetado. As autoras decoloniais e feministas negras, como Djamila Ribeiro, Lélia Gonzalez, Bell Hooks e Vilma Piedade, fornecem insights valiosos sobre como essas opressões são vivenciadas e resistidas pelas mulheres negras.

O estudo evidencia que a luta contra o racismo e a colonialidade é complexa e multifacetada, exigindo uma abordagem interseccional que reconheça as especificidades das opressões enfrentadas pelas mulheres negras. A partir dessa análise, fica claro que a descolonização dos corpos e mentes é um processo contínuo e necessário para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. A valorização das vozes e experiências das mulheres negras é fundamental para essa transformação, proporcionando uma visão mais completa e justa das dinâmicas sociais e históricas que moldam nossas vidas.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade.** São Paulo: Editora Jandaíra, 2020.

ANTUNES, Ricardo L. C. **Os Sentidos do Trabalho:** ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. [recurso eletrônico]. Tradução Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano:** ensaios, intervenções e diálogos. Organização: Flavia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HOOKS, Bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. **Rev. Bras. Ciênc. Polít**. Brasília, n. 16, jan./abr., 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522015000200193>. Acesso em: 10 jul. 2024.

LOPES, Vilma de Souza. Porque um feminismo negro. **Cad. Gên. Tecnol**. [online]., v. 13, n. 41, p. 90-104, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/cgt/article/view/9502>. Acesso em: 12 jul. 2024.

PIEDADE, Vilma. **Dororidade**. São Paulo: Editora Nós, 2017.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (org.). **Epistemologias do Su**l. Coimbra: Edições Almedina, 2009.

RESTREPO, Eduardo; ROJAS, Axel. **Inflexión decolonial: fuentes, conceptos y cuestionamientos**. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2010.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. São Paulo: Pólen, 2019.

RIBEIRO, Djamila. **O que é: lugar de fala?** Belo Horizonte - MG: Letramento, 2017.

RIBEIRO, Djamila. Pequeno manual antirracista. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.